





ÍNDICE

1. NOTA PRÉVIA
2. BALANÇO
3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZAS
4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
5. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
6. NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
7. RELATÓRIO DOS AUDITORES
8. PROPOSTA DA DIREÇÃO PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS OBTIDOS
9. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



1. NOTA PRÉVIA



NOTA PRÉVIA

A informação que consta deste Relatório e Contas 2017 é de cariz estritamente financeiro.

De maneira a dar uma imagem mais completa das atividades levadas a cabo pela Associação no exercício 2017, este Relatório e Contas 2017 deve ser lido e interpretado juntamente com o Relatório de Atividades 2017.



2. BALANÇO



CODIPOR – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE IDENTIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO DE PRODUTOS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
BALANCE SHEET AS OF 31ST OF DECEMBER 2017 AND 31ST OF DECEMBER 2016

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

ATIVO ASSETS	NOTAS NOTES	31.12.17	31.12.16
ATIVOS NÃO CORRENTE NON-CURRENT ASSETS			
Ativos fixos tangíveis <i>Tangible assets</i>	4	3.303.718	3.316.025
Propriedades de investimento <i>Investment properties</i>	5	952.350	974.259
Ativos intangíveis <i>Intangible assets</i>	6	926.051	941.257
Outros ativos financeiros <i>Other financial assets</i>	9	2.267.799	2.208.523
		<u>7.449.918</u>	<u>7.440.964</u>
ATIVOS CORRENTES CURRENT ASSETS			
Créditos a receber <i>Receivables</i>	9	36.420	95.688
Adiantamentos a fornecedores <i>Advances to suppliers</i>	9	595	1.295
Estado e outros entes públicos <i>State and other public entities</i>	13	15.652	75.751
Associados e membros <i>Associated and members</i>	9	327.633	400.454
Outros ativos correntes <i>Other assets</i>	9	242.621	157.485
Diferimentos <i>Deferred costs</i>	12	185.304	179.752
Outros ativos financeiros <i>Other financial assets</i>	7 9		50.165
Caixa e depósitos bancários <i>Cash and bank deposits</i>	3	1.114.903	1.525.852
		<u>1.923.128</u>	<u>2.496.442</u>
Total do ativo <i>Total assets</i>		<u>9.373.046</u>	<u>9.937.406</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO FUNDS AND LIABILITIES			
FUNDOS PATRIMONIAIS FUNDS			
Resultados transitados <i>Retained earnings</i>	11	8.492.750	8.595.447
		<u>8.492.750</u>	<u>8.595.447</u>
Resultado líquido do exercício <i>Net result for the year</i>	11	(79.914)	(102.697)
Total de fundos patrimoniais <i>Total funds</i>		<u>8.412.836</u>	<u>8.492.750</u>
PASSIVO NÃO CORRENTE NON-CURRENT LIABILITIES			
Outros passivos não correntes <i>Other liabilities</i>	9	14.000	-
		<u>14.000</u>	<u>-</u>
PASSIVO CORRENTE CURRENT LIABILITIES			
Fornecedores <i>Suppliers</i>	9	351.293	320.822
Adiantamento de clientes <i>Advances from customers</i>	9	2.294	9.413
Estado e outros entes públicos <i>State and other public entities</i>	13	43.191	43.303
Associados e membros <i>Associated and members</i>	9	30.169	26.726
Financiamentos obtidos <i>Obtained loans</i>		3.549	4.769
Outros passivos correntes <i>Other liabilities</i>	9	471.082	1.013.623
Diferimentos <i>Deferred gains</i>	10	44.632	26.000
		<u>946.210</u>	<u>1.444.656</u>
Total do passivo <i>Total liabilities</i>		<u>960.210</u>	<u>1.444.656</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo <i>Total equity and liabilities</i>		<u>9.373.046</u>	<u>9.937.406</u>

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT

DIREÇÃO | MANAGEMENT



3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZAS



CODIPOR – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE IDENTIFICAÇÃO E CODIFICAÇÃO DE PRODUTOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
| INCOME STATEMENT BY NATURE FOR THE PERIODS ENDED ON 31ST OF DECEMBER 2017 AND 31ST OF DECEMBER 2016

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS INCOME AND COSTS	NOTAS NOTES	31-12-17	31-12-16
Vendas e serviços prestados Sales and services rendered	14	3.452.157	3.301.491
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos Income/ losses from related companies and joint ventures	7	2.409	(42.660)
Fornecimentos e serviços externos Supplies and external services	15	(1.518.641)	(1.475.978)
Gastos com o pessoal Personnel expenses	16	(1.549.742)	(1.481.989)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões) Accounts receivable impairments (losses/ reversions)	17	(84.076)	(88.679)
Aumentos/ reduções de justo valor Increase or decrease in fair value	18	43.948	57.645
Outros rendimentos Other profits	20	384.518	78.411
Outros gastos Other losses	21	(301.831)	(251.544)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos Net income before depreciations, financial activities and taxes		<u>428.742</u>	<u>96.697</u>
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização Losses/ reversals in depreciations and amortizations	19	(538.198)	(246.378)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) Operational net income (before financing activities and taxes)		<u>(109.456)</u>	<u>(149.681)</u>
Juros e rendimentos similares obtidos Interests and similar income obtained	22	55.461	63.689
Juros e gastos similares suportados Interests and similar costs paid	22	(105)	(1)
Resultado antes de impostos Net income before taxes		<u>(54.100)</u>	<u>(85.993)</u>
Imposto sobre o rendimento do período Income taxes	8	(25.814)	(16.704)
Resultado líquido do período Net profit (loss)		<u>(79.914)</u>	<u>(102.697)</u>

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT

DIREÇÃO | MANAGEMENT



4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - MÉTODO DIRECTO |
CASH FLOW STATEMENT FOR THE PERIODS ENDED ON DECEMBER 31ST 2017 AND DECEMBER 31ST 2016 - DIRECT METHOD

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

	NOTAS NOTES	31.12.2017	31.12.2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS CASH FLOW GENERATED BY OPERATING ACTIVITIES:			
Recebimentos de clientes e utentes <i>Receivements from clients and donors</i>		3.862.661	3.427.002
Pagamentos a fornecedores <i>Payments to suppliers</i>		(1.650.285)	(1.627.355)
Pagamentos ao pessoal <i>Payments to staff</i>		(1.230.911)	(1.141.571)
Caixa gerada pelas operações <i>Cash generated from operations</i>		981.465	658.076
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento <i>Payment / receipt of income tax</i>		3.532	21.013
Outros recebimentos / pagamentos <i>Others receivements / payments</i>		(408.899)	(644.151)
Fluxos das atividades operacionais <i>Cash flow generated by operating activities</i> [1]		576.098	34.938
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO CASH FLOW GENERATED BY INVESTMENT ACTIVITIES:			
Recebimentos provenientes de <i>Receivements related to:</i>			
Investimentos financeiros <i>Financial investments</i>		620.583	-
Juros e rendimentos similares <i>Interests and similar gains obtained</i>		55.668	63.610
		676.252	63.610
Pagamentos respeitantes a <i>Payments related to:</i>			
Ativos fixos tangíveis <i>Tangible assets</i>		(798.232)	(2.351.516)
Ativos intangíveis <i>Intangible assets</i>		(309.476)	(302.180)
Investimentos financeiros <i>Financial investments</i>		(555.590)	-
		(1.663.298)	(2.653.696)
Fluxos das atividades de investimento <i>Cash flow generated by investment activities</i> [2]		(987.047)	(2.590.086)
Variação de caixa e seus equivalentes <i>Change in cash and cash equivalents</i> [4]=[1]+[2]+[3]		(410.949)	(2.555.148)
Efeito das diferenças de câmbio <i>Effect of exchange difference</i>		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período <i>Cash and cash equivalents at beginning of period</i>		3.730.453	6.285.601
Ajust. das Apl. Financ. no saldo inicial de caixa e seus equivalentes <i>Adjust. of Financ. Invest. at beginning of period</i>		(2.204.601)	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período <i>Cash and cash equivalents at end of period</i>	3	1.114.903	3.730.453

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT

DIREÇÃO | MANAGEMENT



5. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 |
STATEMENT OF CHANGES IN FUNDS FOR THE PERIOD ENDED IN DECEMBER 31ST 2017

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

	Notas Notes	Resultados Transitados Retained Earnings	Resultado Líquido da Exercício Net Income	Total dos Fundos patrimoniais Total Funds
Posição em 1 de Janeiro de 2017 Balance in January 1st 2017	11	8.595.447	(102.697)	8.492.750
Alterações do período Change in the period:				-
Aplicação de resultados de 2016 Income distribution 2016		(102.697)	102.697	-
		8.492.750	-	8.492.750
Resultado líquido do exercício Net income			(79.914)	(79.914)
Resultado extensivo Extensive income			(79.914)	(79.914)
Posição em 31 de Dezembro de 2017 Balance in December 31st 2017		8.492.750	(79.914)	8.412.836

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT

DIREÇÃO | MANAGEMENT

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 |
STATEMENT OF CHANGES IN FUNDS FOR THE PERIOD ENDED IN DECEMBER 31ST 2016

(Montantes expressos em Euros) | (Amounts expressed in Euros)

Notas Notes	Resultados Transitados Retained Earnings	Resultado Líquido do Exercício Net Income	Total dos Fundos patrimoniais Total Funds
Posição em 1 de Janeiro de 2016 Balance in January 1st 2016	11 8.557.751	37.696	8.595.447
Alterações do período Change in the period			-
Aplicação de resultados de 2015 Income distribution 2015	37.696	(37.696)	-
	8.595.447	-	8.595.447
Resultado líquido do exercício Net income		(102.697)	(102.697)
Resultado extensivo Extensive income		(102.697)	(102.697)
Posição em 31 de Dezembro de 2016 Balance in December 31st 2016	8.595.447	(102.697)	8.492.750

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT

DIREÇÃO | MANAGEMENT



6. NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A CODIPOR – Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos (CODIPOR ou Associação), constituída em 26 de novembro de 1985, é uma Associação sem fins lucrativos, com sede na Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício K3, em Lisboa e que tem por objeto a gestão, a nível nacional, do Sistema Internacional GS1 bem como o acompanhamento, investigação, estudo, formação, implementação e desenvolvimento de outros sistemas que conduzam à normalização e simplificação de procedimentos no âmbito da Indústria, Comércio e Serviços.

A CODIPOR, é uma Organização sem fins lucrativos, neutra em relação aos operadores de negócio, orientada e governada para os utilizadores e que serve todas as empresas: de grandes multinacionais a micro, pequenas e médias empresas. A sua missão é ser um parceiro e um facilitador dos negócios. Por isso, implementa standards globais e cria serviços de gestão de dados comerciais para que toda a cadeia de abastecimento fale a mesma linguagem – A Linguagem Global dos Negócios.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1 Alterações de políticas contabilísticas

2.1.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o período não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período anterior apresentada nos comparativos.

2.1.2 Alterações nas normas e interpretações em efeitos nas demonstrações financeiras

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) que têm aplicação obrigatória para períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016.

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo.

Da aplicação destas normas e interpretações não ocorreram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Associação.

2.2 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do Sector Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”) e com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites em Portugal (“PCGA”), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Associação, preparadas nos termos legais, para aprovação em Conselho fiscal e Assembleia Geral.

De acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), é necessário que a Associação e os gestores da mesma, na preparação das suas demonstrações financeiras, efetuem julgamentos e estimativas, utilizando pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas, bem como os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos.

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, numa base duodecimal, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções:	
Edifícios	50
Obras / Construções	16-25
Instalações e equipamentos diversos	4-25
Equipamento administrativo:	
Aparelhagem e máquinas	3-10
Máq n/especificadas e mobiliário	4-16
Computadores	3-8
Ferramentas e utensílios	4-8
Equipamento básico:	
Aparelhagem, máquinas e instalações	4-20
Mobiliário	8
Outros ativos fixos tangíveis:	
Não especificados	10
Ferramentas	4-8
Outras máquinas	5-10
Equipamento publicitário	4

Os bens de valor unitário inferior a mil Euros, são depreciados na totalidade no período em que são adquiridos.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e amortização”.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou disponíveis e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

2.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, correspondentes a programas de computador e projetos de desenvolvimento, são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Programas de computadores	3-10
Projetos de desenvolvimento	3-6

Independentemente da vida útil dos ativos intangíveis, é efetuada com uma periodicidade anual, ou sempre que sejam identificados indícios de imparidade sobre os ativos, uma avaliação da mensuração atribuída aos ativos.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irá ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera -se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência em relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Os custos de desenvolvimento de um projeto individualizado são reconhecidos como ativos intangíveis quando a Associação pode demonstrar:

- A exequibilidade técnica de completar o ativo intangível de forma a que fique disponível para uso ou venda;
- A sua intenção para completar e que reúne condições para usar ou vender o ativo;
- Como o ativo irá gerar benefícios económicos futuros;
- A disponibilidade de recursos para completar o ativo;
- A capacidade de medir fiavelmente o dispêndio durante o desenvolvimento. Os ativos intangíveis em curso representam ativos com um grau de acabamento que não permite o início da utilização dos mesmos, encontrando-se registados ao custo de aquisição.

2.5 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios detidos para a obtenção de rendas e não para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para fins administrativos ou para venda no decurso ordinário dos negócios.

A Propriedade de investimento é valorizada inicialmente pelo custo de aquisição, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente imputáveis. Após o reconhecimento inicial, as Propriedades de Investimento são valorizadas ao custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções:	
Edifícios	50
Obras / Construções	25
<u>Instalações e equipamentos diversos</u>	<u>8-10</u>

2.6 Locações

Os contratos de locação operacionais (renting) são reconhecidos como gasto na Demonstração de Resultados pelas rendas devidas e pagas, numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7 Outros Ativos financeiros

Esta rubrica inclui instrumentos financeiros detidos para negociação (obrigações de empresas maioritariamente com cotação divulgada publicamente) e o justo valor quando positivo dos instrumentos financeiros derivados (forward cambial) que, embora contratados no âmbito da política de gestão de riscos do Grupo, não são enquadráveis em termos de contabilidade de cobertura, quer porque não foram designados formalmente para o efeito quer por não serem eficientes do ponto de vista da cobertura de acordo com o estabelecido na NCRF 27 (com aplicação supletiva da IAS 39). Os instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com as variações de justo valor reconhecidas nos resultados do período.

2.8 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com o critério do custo e ao justo valor.

(i) custo

São mensurados “ao custo” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

(ii) justo valor

São mensurados “ao justo valor” por via de resultados o reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado (“*bid*”). Se não existir um mercado ativo, a Associação estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de “*cash-flows*” descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da entidade visada.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Créditos a receber e Associados e membros

Os saldos de créditos a receber e associados e membros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os créditos a receber e associados e membros são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

As perdas por imparidade são reconhecidas como gasto na Demonstração de Resultados. O critério para reconhecimento do ajustamento nos saldos a receber foi de antiguidade de dívida, tendo todos os saldos com antiguidade superior a 2 anos sido ajustados, bem como a totalidade dos saldos de devedores em situação de insolvência. Adicionalmente, todos os saldos devedores com antiguidade inferior a 2 anos e superior a 1 ano, são ajustados de acordo com o histórico de taxa de sucesso de recuperação da dívida pelo Escritório externo de advogados.

b) Adiantamentos a fornecedores

Os saldos de adiantamentos a fornecedores são registados ao custo. Usualmente, o custo destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

d) Outros ativos correntes

Os outros ativos correntes encontram-se valorizados da seguinte forma:

- ✓ Outros devedores - ao custo menos imparidade;
- ✓ Juros a receber – ao custo;
- ✓ Adiantamentos a fornecedores de investimentos – ao custo menos imparidade;
- ✓ Devedores por acréscimos de rendimentos - ao custo;

e) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

f) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de um ano e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo. Usualmente, o custo destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

g) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo. Usualmente, o custo destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

h) Adiantamentos de clientes e de Associados e Membros

Os Adiantamentos de clientes estão mensurados ao custo.

i) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo.

j) Outros passivos correntes

Os outros passivos correntes encontram-se valorizados da seguinte forma:

- ✓ Outros credores - ao custo;
- ✓ Fornecedores de investimentos – ao custo;
- ✓ Credores por acréscimos de gastos - ao custo.

2.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Associação;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

2.10 Concentrações de atividades empresariais e princípios de consolidação

Investimentos financeiros em empresas subsidiárias

Uma empresa subsidiária é uma entidade relativamente à qual a Codipor tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Associação detém sobre uma entidade.

Investimentos financeiros

Uma vez que a Codipor não está legalmente obrigada a preparar demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Associação incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

2.11 Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e a diferença é reconhecida em resultados.

2.12 Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:

- ✓ Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
- ✓ A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

2.13 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

2.14 Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

A Direção, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

2.15 Especialização de períodos

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

2.16 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a um ano), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de longo prazo equivalentes. A rubrica de caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalha-se conforme se segue:

	2017	2016
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	2.005	808
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	212.829	136.961
Depósitos a prazo	900.069	1.388.083
	1.114.903	1.525.852
Ativos não correntes		
Outros ativos financeiros - At. Financ. detidos para neg. (Nota 9)	-	2.204.601
	-	2.204.601
	-	3.730.453

A diminuição verificada nos depósitos a prazo está diretamente relacionada com o investimento efetuado em 2016 na nova sede da Associação e com algumas adaptações em 2017, nomeadamente a construção de uma copa e uma sala de jantar que servirá de apoio à realização de eventos, as quais foram financiadas integralmente com capitais próprios.

A diminuição está ainda relacionada com os investimentos evolutivos nas plataformas que suportam as receitas dos serviços da Associação.

A rubrica de depósitos a prazo era composta a 31 de dezembro de 2017 e 2016 por várias aplicações de curto prazo (ativos correntes), nas seguintes Instituições Financeiras:

	2017	2016
Banco Crédito Agrícola	100.000	-
Caixa Geral de Depósitos	-	350.000
Banco BIC	100.000	-
Banco Deutsche Bank	100.000	-
Banco BPI	500.000	780.000
Banco Santander Totta	100.069	258.083
	900.069	1.388.083

Durante o presente período, a Associação efetuou a reapreciação da classificação das suas Aplicações Financeiras como Caixa e Equivalentes, tendo concluído que as mesmas não preenchem os requisitos desta definição, na medida em que não tem sido prática, nem é intenção da Associação, a sua negociação em mercado antes da sua maturidade, pelo que a Demonstração dos Fluxos de Caixa em 2017 inclui uma linha, de forma a ajustar os saldos iniciais de Caixa e Equivalentes pelo saldo das Aplicações Financeiras em 31 de dezembro de 2016.

4 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2017						Total
	Terreno	Ed. e outras	Equipam.	Equipam.	Outros ativos	Ativos Fixos	
	Rec.Naturais	Construções	Básico	Admini.	fixos Tangíveis	Tang em curso	
Ativos:							
Saldo inicial	-	2.519.395	710.272	303.582	51.706	-	3.584.954
Aquisições	-	111.578	2.217	54.888	51.700	-	220.383
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	(16.731)	-	-	(16.731)
Transferências	-	176.783	(161.491)	48.551	-	-	63.844
Saldo final	-	2.807.755	550.999	390.291	103.406	-	3.852.450
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:							
Saldo inicial	-	-	11.467	228.852	27.709	-	268.029
Amortizações do exercício	-	144.444	88.425	48.744	15.822	-	297.434
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	(16.731)	-	-	(16.731)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	144.444	99.892	260.866	43.530	-	548.732
Ativos líquidos	-	2.663.311	451.107	129.425	59.876	-	3.303.718
	2016						
	Terrenos	Ed. e outras	Equipam.	Outros AF	Outros ativos	Ativos Fixos	Total
	Rec.Naturais	Construções	Admini.	Tangíveis	fixos Tangíveis	Tang em curso	
Ativos:							
Saldo inicial	207.001	1.259.574	24.494	306.572	51.439	-	1.849.079
Aquisições	-	-	-	14.588	1.916	3.087.510	3.104.014
Alienações	-	(16.560)	(3.230)	(17.578)	(1.649)	-	(39.017)
Outras variações	(207.001)	(1.243.014)	-	-	-	120.893	(1.329.122)
Transferências	-	2.519.395	689.008	-	-	(3.208.403)	-
Saldo final	-	2.519.395	710.272	303.582	51.706	-	3.584.954
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:							
Saldo inicial	-	432.005	10.497	215.330	21.348	-	679.181
Amortizações do exercício	-	-	4.199	27.902	7.966	-	40.066
Alienações	-	(4.968)	(3.229)	(14.381)	(1.605)	-	(24.184)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	(427.036)	-	-	-	-	(427.036)
Saldo final	-	-	11.467	228.852	27.709	-	268.029
Ativos líquidos	-	2.519.395	698.805	74.730	23.997	-	3.316.925

As aquisições de ativos fixos tangíveis efetuadas durante o período de 2017 respeitam maioritariamente à construção de uma cozinha e sala de reunião/refeições, por forma a apoiar os eventos realizados por entidades terceiras, associados ao aluguer de salas.

5 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os movimentos ocorridos na quantia escriturada das Propriedades de investimento, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2017		
	Terreno Rec.Naturais	Ed. e outras Construções	Total
Ativos:			
Saldo inicial	207.001	1.243.014	1.450.015
Aquisições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Outras variações	-	-	-
Transferências	-	26.626	26.626
Saldo final	207.001	1.269.640	1.476.641
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:			
Saldo inicial	-	475.756	475.756
Amortizações do exercício	-	48.535	48.535
Alienações	-	-	-
Outras variações	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo final	-	524.291	524.291
Ativos líquidos	207.001	745.349	952.350
	2016		
	Terreno Rec.Naturais	Ed. e outras Construções	Total
Ativos:			
Saldo inicial	-	-	-
Aquisições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Outras variações	-	-	-
Transferências	207.001	1.243.014	1.450.015
Saldo final	207.001	1.243.014	1.450.015
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:			
Saldo inicial	-	-	-
Amortizações do exercício	-	48.720	48.720
Alienações	-	-	-
Outras variações	-	-	-
Transferências	-	427.036	427.036
Saldo final	-	475.756	475.756
Ativos líquidos	207.001	767.258	974.259

As quantias reconhecidas nos resultados relativas a rendas de Propriedades de investimento, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram as seguintes:

	2017
	Rendimentos de rendas
Propriedade arrendada	84.000

	2016
	Rendimentos de rendas
Propriedade arrendada	7.000

Em dezembro de 2017, a Associação consultou uma entidade externa, com o fim de obter uma avaliação do imóvel (frações de serviços localizadas no piso intermédio na Rua Professor Fernando da Fonseca n.ºs 16 A, 16 e 18, e Rua Alfredo Trindade n.ºs 2, 4 e 4A, Lumiar), resultando num valor de mercado de 1.177.000 Euros, pelo que não existem qualquer imparidade a reconhecer.

A avaliação foi realizada tendo como base de valor o Valor de Mercado, definido pelas Normas Profissionais do RICS – Janeiro de 2014 da seguinte forma: “Estimativa do montante mais provável pelo qual, à data da avaliação, um ativo ou um passivo, após um período adequado de comercialização, poderá ser transacionado entre um vendedor e um comprador decididos, em que ambas as partes atuaram de forma esclarecida e prudente, e sem coação.” A metodologia utilizada na avaliação foi o Método do Rendimento e o Método Comparativo.

6 ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 2017 e em 2016 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2017		
	Programas de comput.	Investimentos	Total
	Proj. de Desenvolv.	em curso	
Ativos:			
Saldo inicial	1.213.677	391.518	1.605.195
Aquisições	11.679	255.812	267.491
Transferências	213.376	(213.376)	-
Outras variações	95.511	(185.978)	(90.467)
Saldo final	1.534.243	247.976	1.782.218
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:			
Saldo inicial	663.938	-	663.938
Amortizações do exercício	192.229	-	192.229
Outras variações	-	-	-
Saldo final	856.167	-	856.167
Ativos líquidos	678.077	247.976	926.051
	2016		
	Programas de comput.	Investimentos	Total
	Proj. de Desenvolv.	em curso	
Ativos:			
Saldo inicial	1.021.966	386.651	1.408.617
Aquisições	-	317.471	317.471
Transferências	191.711	(191.711)	-
Outras variações	-	(120.893)	(120.893)
Saldo final	1.213.677	391.518	1.605.195
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:			
Saldo inicial	506.347	-	506.347
Amortizações do exercício	157.591	-	157.591
Outras variações	-	-	-
Saldo final	663.938	-	663.938
Ativos líquidos	549.739	391.518	941.257

As aquisições de ativos intangíveis ocorridas no período 2017 respeitam sobretudo ao investimento nas plataformas informáticas e portais no âmbito das prestações de serviços efetuados, nomeadamente, Sync PT e Explorador de Atributos.

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS | ATIVOS FINANCEIROS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investimentos em Subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Associação evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias:

Subsidiárias	Sede	Ativo	Passivo	% detida	2017	
					Capital próprio	Resultado líquido
Data Trust - Consultoria e Gestão, Soc. Unipessoal, Lda	Portugal	-	-	-	-	2.409

Subsidiárias	Sede	Ativo	Passivo	% detida	2016	
					Capital próprio	Resultado líquido
Data Trust - Consultoria e Gestão, Soc. Unipessoal, Lda	Portugal	66.389	16.225	100,00%	50.164	(42.660)

A 29 de março de 2017 a subsidiária foi liquidada, pelo que em 2017 apenas se encontra refletido o resultado líquido gerado pela Data Trust até esta data.

Participações em Subsidiárias

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nas rubricas “Participações financeiras”, foi o seguinte:

	2017
Participação financeira	
Saldo inicial	50.165
Método da Equivalência Patrimonial	2.409
Liquidação	(52.573)
	-

	2016
Participação financeira	
Saldo inicial	92.825
Aquisição	-
Método da Equivalência Patrimonial	(42.660)
	50.165

Equivalência Patrimonial

Subsidiárias	2017		
	% detida	RLE	Ganhos/(perdas) em subsidiárias
Data Trust - Consultoria e Gestão, Soc. Unipessoal, Lda	100,00%	2.409	2.409
			2.409

Subsidiárias	2016		
	% detida	RLE	Ganhos/(perdas) em subsidiárias
Data Trust - Consultoria e Gestão, Soc. Unipessoal, Lda	100,00%	(42.660)	(42.660)
			(42.660)

8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A CODIPOR como Associação sem fins lucrativos está isenta de imposto sobre o rendimento referente a atividade não comercial, industrial ou agrícola. Para efeito de apuramento do Imposto sobre o Rendimento, os rendimentos das atividades da CODIPOR repartem-se como se segue em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Rendimento sujeitos	(21.497)	(29.051)
Rendimentos isentos	(32.602)	(56.942)
	(54.099)	(85.993)
Cálculo do imposto sobre o rendimento:		
Rendimento (base imposto)	(21.497)	(29.051)
Imposto Apurado (21,0%)	(4.514)	(6.101)
Diferenças permanentes:		
Correções relativas a períodos anteriores	5.049	1.362
Anulação dos efeitos do mét. da equiv. Patr.	-	3.027
Despesas não documentadas	30	23
Imparidades fiscalmente não dedutíveis	6.823	1.944
Dívidas incobráveis	-	9
Insuf. de estimativa imposto	469	-
Depreciações e amortizações	55	174
Multas e coimas	35	4
Ajudas de custo	475	1.069
Encargos não devid. documentados	219	215
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	845	159
Encargos com combustíveis	87	238
Menos-valias contabilísticas	-	878
Donativos não previst.	-	184
Outros	2.526	1.672
Anulação dos efeitos do mét. da equiv. Patr.	(201)	-
Reversão de imparidades	(1.944)	(3.260)
Benefícios Fiscais	(8)	-
Excesso de estimativa imposto	-	(516)
Mais-valias contabilísticas	-	(85)
Dif. negativa entre as mais/menos valias fiscais	-	(866)
	14.460	6.230
Tributação Autónoma	15.868	16.574
Total imposto apurado	25.814	16.704

9 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro 2017 e em 2016 são detalhadas conforme se segue:

	2017			2016		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Ativos financeiros:						
- ATIVOS NÃO CORRENTES:						
- Outros ativos financeiros não correntes:	2.267.799	-	2.267.799	2.208.523	-	2.208.523
Fundo de compensação	6.528	-	6.528	3.922	-	3.922
Ativos financeiros – Títulos obrigacionistas	2.261.271	-	2.261.271	2.204.601	-	2.204.601
- ATIVOS CORRENTES:						
- Créditos a receber	103.607	(67.187)	36.420	107.317	(11.629)	95.688
- Adiantamento a fornecedores	595	-	595	1.295	-	1.295
- Associados	1.603.575	(1.275.942)	327.633	1.647.528	(1.247.074)	400.454
- Outros ativos financeiros correntes:	-	-	-	50.165	-	50.165
Participação financeira – Método da Equiv. Pat.	-	-	-	50.165	-	50.165
- Outros ativos correntes:	378.284	(135.663)	242.621	303.848	(136.363)	167.485
Outros devedores	135.663	(135.663)	-	153.333	(136.363)	16.970
Juros a receber	41.083	-	41.083	50.839	-	50.839
Adiant. a fornec. de invest.	-	-	-	41.676	-	41.676
Acréscimos de rendimentos	201.538	-	201.538	58.000	-	58.000
	4.353.860	(1.614.455)	2.875.068	4.318.676	(1.395.066)	2.923.610
Passivos financeiros:						
- PASSIVO NÃO CORRENTE:						
- Outros passivos financeiros não correntes:	14.000	-	14.000	-	-	-
Cauções	14.000	-	14.000	-	-	-
- PASSIVO CORRENTE:						
- Fornecedores	351.293	-	351.293	320.822	-	320.822
- Adiantamento de clientes	2.294	-	2.294	9.413	-	9.413
- Adiantamento de associados e membros	30.169	-	30.169	26.726	-	26.726
- Outros passivos correntes:	471.081	-	471.081	1.013.623	-	1.013.623
Acréscimos de gastos	433.697	-	433.697	375.868	-	375.868
Fornecedores de investimento	36.572	-	36.572	630.282	-	630.282
Outros credores	812	-	812	473	-	473
Cauções	-	-	-	7.000	-	7.000
	868.837	-	868.837	1.370.584	-	1.370.584
	3.485.023	(1.614.455)	2.006.231	2.948.092	(1.395.066)	1.553.026

Na rubrica de ativos financeiros não correntes estão registados títulos obrigacionistas de longo prazo, cuja maturidade é conforme segue no detalhe seguinte:

	Montante	Maturidade
Obrigações Caixa Geral de Depósitos	103.329	janeiro 2019
Obrigações Tesouro	695.607	outubro 2025
Obrigações Galp	429.184	janeiro 2021
Obrigações EDP	546.130	janeiro 2022
Obrigações HP	181.692	dezembro 2020
Obrigações Iberdrola	89.097	março 2019
Obrigações Brisa	105.112	março 2025
Obrigações Ren	111.120	fevereiro 2025
	<u>2.261.271</u>	

Relativamente aos títulos obrigacionistas de longo prazo, apesar dos mesmos apresentarem uma maturidade superior a um ano, caso a Direção assim o entenda, estes podem ser desmobilizados no curto prazo. Contudo, não existe intenção da Direção de vender tais títulos, no todo ou em parte, no curto prazo, sendo estes então considerados como Ativos financeiros não correntes.

A rubrica de Créditos a Receber inclui o saldo de Clientes que registada os saldos a receber por serviços prestados a empresas não associadas.

Na rubrica de Associados são registados os saldos a receber por quotizações de associados e outras prestações de serviços efetuadas.

A rubrica de Outros Ativos Correntes – Juros a receber, inclui um acréscimo de rendimentos relativo a juros de aplicações financeiras de 41.083 Euros, cujo cupão apenas será pago pelas Instituições Financeiras em 2018.

A rubrica de Outros Ativos Correntes inclui ainda, um acréscimo de rendimentos no montante de 201.538 Euros, relacionado com um processo no Millennium BCP, cujo Supremo Tribunal de Justiça decidiu em 2017 a favor da Associação.

Este valor inclui um montante de capital de 131.000 Euros e juros legais sobre este montante, desde a data de resgate dos fundos de 70.538 Euros (juros líquidos de custas do processo de cerca de 3.400 Euros).

Na rubrica de Outros passivos Correntes estão registados os acréscimos de gastos referentes ao período, relativos a serviços recebidos e não faturados e bónus de desempenho dos colaboradores.

O decréscimo significativo na rubrica de Fornecedores de Investimento face a 2016 deveu-se essencialmente ao término das obras de construção do edifício sede no final de 2016.

10 DIFERIMENTOS PASSIVOS

A rubrica de diferimentos passivos em 31 de dezembro 2017 e em 2016 são detalhadas conforme se segue:

	2017	2016
Prestações de serviços	22.553	11.500
Patrocínios	15.000	7.500
Renda Campo Grande	7.078	7.000
	<u>44.632</u>	<u>26.000</u>

A variação verificada nesta rubrica face a 2016, deve-se ao facto de em 2017 terem sido faturados alguns projetos, cuja realização respeita ao período seguinte, nomeadamente serviços de consultoria do Explorador de Atributos (para o Global Office da GS1) e do Projeto Validata, patrocínios e um mês de renda relativa ao arrendamento das instalações do Campo Grande a terceiros.

11 FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica fundos patrimoniais apresentava a seguinte decomposição:

	2017	2016
Resultados transitados	8.492.750	8.595.447
Resultados líquido	<u>(79.914)</u>	<u>(102.697)</u>
	<u>8.412.836</u>	<u>8.492.750</u>

12 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Seguros	6.525	-
Licenças	7.875	6.125
Consultoria	4.420	17.882
Gastos a reconhecer	166.484	155.745
	185.304	179.752

A rubrica de diferimentos ativos respeita essencialmente a gastos a reconhecer em períodos seguintes. No final de 2017 encontravam-se por reconhecer gastos relativos a 2018 sobretudo relacionados com licenciamento de software e quotizações pagas ao grupo GS1 (*Membership Fee*).

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	4.754	-	5.763	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	119	18.983	119	18.187
Imposto sobre o valor acrescentado	10.778	-	69.869	-
Contribuições para a segurança social	-	23.838	-	24.842
Outros impostos	-	370	-	274
	15.652	43.191	75.751	43.303

A rubrica de Estado e outros entes públicos, na sua vertente ativa, apresenta uma diminuição, face a 2016, o qual está associada essencialmente ao valor do Imposto sobre o Valor Acrescentado que apesar da taxa do *pro-rata* ter variado positivamente face a 2016, o valor do IVA é inferior, dado que em 2017 não existiram aquisições de valor relevante face a 2016, com as aquisições relacionadas com o investimento na nova sede.

14 RÉDITO

O "rédito" reconhecido pela Associação 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	2017	2016
Quotas	2.356.094	2.304.012
Jóias	71.414	94.050
Cursos de Formação	2.515	4.210
Taxa Atribuição Códigos	450.978	414.525
Outros Serviços	521.582	421.504
Patrocínios	20.850	47.600
Eventos / Seminários	14.688	15.590
Aluguer Espaço	14.036	-
	3.452.157	3.301.491

O aumento verificado nos rendimentos da Associação em 2017 deveu-se sobretudo aos serviços de valor acrescentado prestados (outros serviços, nomeadamente o Explorador de Atributos (para o Global Office da GS1) e a subscrição dos serviços da plataforma do Sync PT), bem como o aluguer de salas relacionados com o Centro de Inovação e Competitividade.

O valor das quotas aumentou pelas adesões líquidas do ano de 181 associados e também pela alteração para um escalão superior de alguns associados.

15 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Serviços especializados	1.018.284	944.405
Subcontratos	298	-
Materiais	71.037	87.222
Energia e fluidos	24.551	43.078
Deslocações estadas e transporte	77.826	136.771
Serviços Diversos	326.645	264.502
	1.518.641	1.475.978

Dentro da rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, os Serviços especializados são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Serviços especializados		
- Cursos de formação	8.634	2.371
- Trabalhos tipográficos	428	3.092
- Estudos de mercado	33.018	16.911
- Congressos / Seminários	484	1.384
- Pessoal temporário	46.610	63.166
- Serv. Seleção Pessoal	18.192	-
- Serviços de consultoria	194.208	242.558
- Medicina no trabalho	4.974	3.527
- Comissões	50	12.420
- Serviços de relações públicas	24.441	29.145
- Serviços de advocacia	146.867	78.082
- Serviços informáticos	137.445	111.654
- Publicidade e propaganda	27.870	16.349
- Traduções e interpretações	-	5.423
- Marketing e imagem	1.777	12.675
- Honorários	92.472	92.648
- Conservação e Manutenção	38.396	17.948
- Serv. contabilidade/revisão de contas	22.091	46.067
- Serv. Bancários	11.369	11.648
- Licença utilização software	145.266	110.601
- Serv. coffee break/catering	17.086	32.947
- Base dados	12.805	23.150
- Vigilância e segurança	39	794
- Inscrições em eventos	2.462	452
- Serviços limpeza	21.251	-
- Serviços de transporte	5.105	9.368
- Outros	4.943	25
	1.018.283	944.405

Globalmente esta rubrica aumentou em 2017 cerca de 7% face ao período anterior. Esta variação deve-se a um efeito conjugado de aumentos em algumas subrubricas, nomeadamente:

- Estudos de mercado (16.106 Euros) – realização em 2017 de um estudo de reputação e notoriedade da GS1;
- Serviços de advocacia (68.784 Euros) – pela disponibilização mais atempada (desde o início de 2017) da carteira de valores a receber para cobrança pelo gabinete de advogados;
- Serviços informáticos (25.790 Euros) – pela externalização da função de *help desk* desde o início de 2017;
- Conservação e manutenção (20.447 Euros) – da nova sede da Associação em 2017;
- Licença de utilização de software (34.665 Euros) - devido ao aumento do número de plataformas e funcionalidades disponibilizadas aos associados;
- Serviços de limpeza (21.251 Euros) – Os serviços de limpeza em 2016 estavam classificados na rubrica de serviços diversos;

E das principais reduções:

- Serviços de consultoria (48.350 Euros) – em 2016 ocorreram gastos de consultoria de apoio à comunicação do Congresso GS1 e serviços de angariação de associados;
- Serviços de contabilidade e revisão de contas (23.977 Euros) – pela término da externalização de parte dos serviços de contabilidade;
- Serviços de coffee break/catering (15.861 Euros) – devido à realização em 2016 do congresso GS1.

Dentro da rubrica de "Fornecimentos e serviços externos", os Materiais são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Materiais		
-Material de escritório	8.608	19.279
-Artigos para oferta	27.545	16.892
-Ferramentas e uten. de desg. rápido	13.116	8.782
-Livros e documentação técnica	21.614	41.791
-Outros	154	478
	71.037	87.222

A rubrica de gastos com materiais teve um aumento nos artigos para oferta, relacionado com incentivos lançadas pelo departamento da Unidade Estratégica de Negócio no que concerne à angariação de novos associados, inquéritos de satisfação dos atuais associados e nos materiais de promoção e divulgação do Centro de Inovação e Competitivo da Associação.

Existiu igualmente um aumento na rubrica de ferramentas e utensílios de desgaste rápido, dado que a nova sede da Associação, pela sua dimensão, carece de uma maior manutenção e ferramentas, comparativamente com as antigas instalações.

Por último, na rubrica livros e documentação técnica existiu uma redução face a 2016, visto que durante o presente ano apenas foi lançada uma edição da revista da Associação, enquanto que no período homólogo existiram duas edições.

Dentro da rubrica de "Fornecimentos e serviços externos", as Energias e Fluidos são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Energia e fluidos		
-Eletricidade	-	15.504
-Combustíveis	23.553	25.405
-Outros	451	2.169
	24.004	43.078

A rubrica de gastos com energia e fluidos teve uma redução na eletricidade, dado que na nova sede da Associação, o pagamento deste tipo de gastos é coletado como uma despesa comum no arrendamento, pela utilização de bens essenciais tais como, a eletricidade e água.

Dentro da rubrica de "Fornecimentos e serviços externos", as Deslocações e estadas são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Deslocações estadas e transporte		
-Deslocações e estadas	63.921	109.400
-Portagens	10.205	18.121
-Outras Deslocações	3.700	9.100
-Outros	-	150
	77.826	136.771

No que respeita à rubrica de Deslocações estadas e transporte, verificamos uma grande redução nestes gastos, relacionado com o esforço da Associação na redução de gastos.

Dentro da rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, os Serviços Diversos são detalhados conforme se segue, no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Serviços Diversos		
- Alugueres	137.382	73.039
- Renting	80.520	73.091
- Comunicação	42.507	42.347
- Seguros	42.892	35.245
- Serviços de limpeza	4.427	19.450
- Contencioso	15.226	14.134
- Despesas de representação	2.224	6.723
- Outros	1.467	473
	326.645	264.502

A rubrica de serviços diversos teve um aumento face a 2016 sobretudo devido ao aumentos dos gastos com alugueres (novas instalações da Associação), gastos de renting (término dos atuais contratos, o que originou débitos adicionais por excesso de Kms face ao contratado) e seguros (pela dimensão e recheio da nova sede da Associação).

Os serviços de limpeza em 2017 ficaram classificados na rubrica de serviços especializados. Esta subrubrica inclui apenas os consumíveis de limpeza.

16 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Remunerações	1.228.616	1.175.690
Encargos sobre remunerações	217.468	206.586
Indemnizações	67.580	71.601
Seguros de acidentes no trabalho	7.079	4.858
Gastos de acção social	10.444	8.554
Outros gastos	18.555	14.700
	1.549.742	1.481.989

O número de colaboradores em 31 de dezembro de 2017 e 2016 era de 38.

17 IMPARIDADE DE ATIVOS

As imparidade de dívidas a receber nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

	2017				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Outras variações	Saldo Final
Dividas clientes	11.629	-	-	55.558	67.187
Dividas de associados	1.247.074	84.776	-	(55.908)	1.275.941
Outras dívidas	136.363	-	(700)	-	135.663
	1.395.066	84.776	(700)	(350)	1.478.792

	2016				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Outras variações	Saldo Final
Dividas clientes	11.629	-	-	-	11.629
Dividas de associados	1.155.372	93.052	-	(1.350)	1.247.074
Outras dívidas	140.736	-	(4.373)	-	136.363
	1.307.737	93.052	(4.373)	(1.350)	1.395.066

No período de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes montantes de imparidades:

	2017			2016		
	Gastos	Rendimentos	Total	Gastos	Rendimentos	Total
Perdas por imparidade						
Sócios/associados/clientes	84.776	-	84.776	93.052	-	93.052
Outros credores	-	700	(700)	-	4.373	(4.373)
	84.776	700	84.076	93.052	4.373	88.679

A imparidade afeta a Outras dívidas respeita a 100% do valor em dívida por uma ex-colaboradora.

18 AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A decomposição da rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor" no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
	Ganhos por aumento de justo valor	43.948
	43.948	57.645

No período de 2017 o resultado global da variação do valor de mercado das aplicações financeiras da Associação foi positivo, tendo gerado na globalidade um ganho por aumento de justo valor, enquadrado na política de investimentos financeiros da Associação, com um perfil de risco conservador.

19 AMORTIZAÇÕES E DEPRECIÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Propriedades de investimento	48.535	48.720
Activos fixos tangíveis	297.434	40.067
Activos fixos intangíveis	192.229	157.591
	538.198	246.378

O aumento verificado na rubrica de amortizações de está relacionada com a amortização e depreciação da nova sede e equipamentos da Associação e com o investimento efetuado nas plataformas de suporte aos serviços prestados pela Associação.

20 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Rend. ganhos suplementares	120.026	44.334
Correções de períodos anteriores	25.740	9.670
Excesso de estimativa de imposto	-	2.458
Diferenças de câmbio favoráveis	25.940	7.648
Descontos de pronto pagamento obtidos	385	-
Outros rendimentos e ganhos	1.282	4.354
Alienações	-	1.202
Outros não especificados	211.145	8.745
	384.518	78.411

A rubrica de outros rendimentos teve um aumento face a 2016 sobretudo devido ao registo do valor a receber no processo Millennium BCP no valor de 201.538 Euros e às rendas do Campo Grande no valor de 84.000 Euros.

21 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Imposto sobre o valor acrescentado	1.413	654
Outros impostos indirectos	766	243
Taxas	1.465	9.855
Descontos de pronto pagamento	6.303	6.125
Dívidas incobráveis - Clientes	-	123
Correcções relativas a exercícios ant.	50.215	6.825
Diferenças de câmbio desfavoráveis	3.968	3.224
Quotizações	227.937	209.140
Donativos	240	2.600
Multas e Penalidades	317	53
Insuficiência da estimativa para impostos	2.231	-
Despesas não documentadas	360	326
Outros	6.616	-
Alienações	-	12.376
	301.831	251.544

Na rubrica de outros gastos verificou-se um aumento face a 2016 devido essencialmente ao aumento dos gastos com quotizações (*Membership Fees* pagos ao grupo GS1) e das correcções de exercícios anteriores. O aumento dos gastos por correcção a exercícios anteriores resulta sobretudo da análise e encontro de contas dos agentes de execução (30.000 Euros), que originaram igualmente um rendimento por correcção a exercícios anteriores (25.000 Euros). O efeito líquido destas correcções a exercícios anteriores foi um custo de cerca de 5.000 Euros (vide nota 20).

22 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	2017	2016
Depósitos/Obrigações em Instituições de crédito		
- Juros obtidos	55.461	63.689
	55.461	63.689

A diminuição verificada nos juros obtidos prende-se com a descida generalizada ao nível das taxas de juro que remuneraram as aplicações financeiras da Associação em 2017, bem como à diminuição verificada nas reservas de capital devido ao investimento efetuado na nova sede da Associação.

Os juros e outros gastos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	2017	2016
Juros suportados	105	1
	105	1

23 LOCAÇÕES

Locações Operacionais

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecido como gasto do período o montante de 80.519,72 Euros, relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional (renting), fundamentalmente relativos a veículos automóveis explorados pela CODIPOR. Estes contratos não têm prazos de renovação, nem opção de compra e não podem ser sujeitos a sublocação pelos locatários. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017 a CODIPOR detinha como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como se segue:

Ano 2018	31.797 Euros
Ano 2019 e 2020	47.744 Euros

24 PARTES RELACIONADAS

Os saldos existentes com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	2017		2016	
	Balço		Balço	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Cientes				
Data Trust - Consultoria e Gestão, Soc. Unipessoal, Lda	-	-	12.300	-
	-	-	12.300	-
	-	-	12.300	-

25 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários totais no período findo em 31 de dezembro de 2017 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a Auditoria Externa anual ascenderam a 11.800 Euros.

26 GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2017, a Associação tinha assumido responsabilidades pela apresentação das seguintes garantias bancárias:

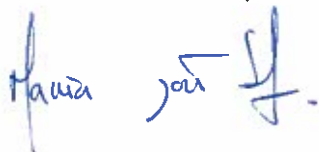
Ano	Entidade	Tipo de Garantia	Montante
2014	Petrogal, S.A.	Caução	5.000

27 ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo não ocorreram eventos subsequentes, que alterem as Demonstrações Financeiras da Associação.

Lisboa, 6 de março de 2018

CONTABILISTA CERTIFICADO | CERTIFIED ACCOUNTANT



DIREÇÃO | MANAGEMENT





7. RELATÓRIO DOS AUDITORES

Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CODIPOR - Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 9.373.046 euros e um total de fundos patrimoniais de 8.412.836 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 79.914 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de CODIPOR - Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal para as entidades do sector não lucrativo através do Sistema de Normalização Contabilística.
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

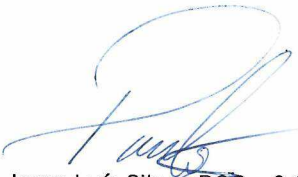
A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 07 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Paulo Jorge Luís Silva - ROC n.º 1334
Registado na CMVM com o n.º 20160944



8. PROPOSTA DA DIREÇÃO PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS OBTIDOS

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS – CONTAS 2017

Exmos. Senhores Associados,

A Direção propõe que o resultado líquido negativo apresentado € 79.914 (Setenta e nove mil, novecentos e catorze Euros), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, transite para a rubrica de "Resultados Transitados".

Lisboa, 6 de março de 2018

A DIREÇÃO



Presidente – Johnson & Johnson, Lda.



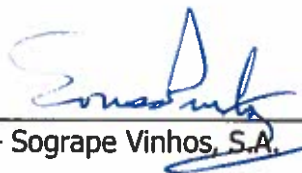
Vice-Presidente – Modelo Continente Hipermercados, S.A.



Vogal – Nestlé Portugal, S.A.



Vogal – Auchan Portugal Hipermercados, S.A.



Vogal – Sogrape Vinhos, S.A.



9. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Associados,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Codipor – Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora efetuada e dar o Parecer sobre as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados que a Direção da Codipor – Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos (doravante designada por Associação), apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Reunimos por diversas vezes com o Auditor Externo, acompanhando o desempenho da sua função.

Acompanhámos o processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como a auditoria anual.

Apreciámos o Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2017, com o qual concordamos.

No âmbito das nossas funções verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento:


a) as demonstrações financeiras e o correspondente anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Associação;

b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conformes com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Associação;

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Direção e serviços da Associação, bem como as conclusões constantes do Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras, exprimimos a nossa concordância com as Demonstrações Financeiras e com a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2017 (transferência do resultado líquido negativo de € 79.914 – Setenta e nove mil, novecentos e catorze euros - para a rubrica de Resultados Transitados), pelo que somos do parecer que deverão os mesmos ser aprovados em Assembleia Geral.

Lisboa, 7 de março de 2018

O CONSELHO FISCAL



UNILEVER FIMA, LDA.



MANUEL RUI AZINHALIS NABEIRO, LDA.



CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, EPE



2017